

Pré-História de Copacabana

ESCRITO POR MARCIA DE MOURA CASTRO

Copacabana faz 100 anos. Quero homenageá-la narrando um episódio desconhecido do público e que precedeu o início da ocupação do famoso bairro. O protagonista desse fato foi meu avô Alberto Carneiro de Mendonça.

Ouve-se falar em pessoas que tiveram a fortuna nas mãos e a deixaram escapar. Esse foi o caso de meu avô, Alberto Carneiro de Mendonça. Moço nascido em Paracatu, cidade importante naquela época, foi estudar no Rio, sonhando terminar os estudos na Europa e para lá se mandou.

Aproveitava as férias para visitar os grandes balneários que começavam a aparecer nas cidades da orla do canal da Mancha, atraindo no verão as populações das grandes cidades. A Côte d'Azur ainda não havia surgido como grande atração.

Ao voltar para o Brasil, trazia na cabeça a ideia de aproveitar nossas incomparáveis praias para reproduzir o que havia conhecido em Deauville, Ostende, Schweningen e outras cidades daquela região banhadas pelo mar.

Chegou à conclusão, mais que óbvia, que Copacabana seria a localização ideal para dar início à realização dos seus projetos.

O túnel já estava em construção e a linha de bondes prevista seria inaugurada em 1892.

A antiga praia de Sacopenapã era nessa época um vasto areal coberto de pitangueiras, cajueiros e coqueiros, conhecida apenas pela igrejinha dedicada à Nossa Senhora de Copacabana. Fora a imagem trazida no sec. XVII do famoso santuário boliviano situado à beira do lago Titicaca, provavelmente por algum "peruleiro" (assim eram chamados os que traziam prata contrabandeada das Minas de Potosí), salvo de um naufrágio ocorrido nas proximidades do promontório sobre o qual já naquela ocasião havia uma fortificação para defesa da cidade.

No sec XVIII o bispo D. Antônio do Desterro, vindo de Angola, passou pelos mesmos perigos e ao pisar terra firme resolveu agradecer sua salvação, por ele considerada milagrosa, erigindo uma pequena capela no lugar da antiga ermida votiva que abrigava a santa. Desde então muitos devotos foram lá em peregrinação, rezar ou pagar promessas. Até D. Pedro II foi certa vez orar aos pés da imagem.

A região de Ipanema era uma restinga arenosa coberta de vegetação rasteira que a protegia dos ventos impedindo a formação de grandes dunas.

Meu avô falou sobre seu projeto ao Dr. Antônio Fialho, o grande engenheiro da época, que achou a “ideia admirável”. Redigiu então um memorial em que apresentava em todos os detalhes o plano do balneário. Seu amigo major Jaime Benévolo, que também o era do então presidente Marechal Deodoro da Fonseca, também entusiasmado pela ideia, facilitou-lhe os contatos, acompanhou-o a um encontro com o futuro senador Antônio Azeredo e em seguida a uma audiência com o Conselheiro Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda. Ambos consideraram o plano “belíssimo e perfeitamente exequível”.

O balneário teria o nome de “Cidade da Gávea” e abrangeria a área compreendida entre o morro da Babilônia e a pedra do Relógio em Guaratiba, isto é: Copacabana, Arpoador, Ipanema, Leblon, Barra da Tijuca, praia da Gávea, restinga e lagoa do Camorim, os campos de Sernambetiba, etc.

O plano da urbanização previa uma avenida de 50 a 60 metros ao longo da praia, mas com 20 metros de largura, arborizadas e orientadas segundo os ventos dominantes. Eram previstos 85 quarteirões com 5.200 casas e terrenos para hortas e jardins.

Um hotel de 400 quartos seria construído na praia da Gávea, possuindo salas de jogos, de concertos, de espetáculos, biblioteca e uma piscina com 1.000 metros de comprimento e 300 de largura. Além disso constavam do plano a construção de “mercados, escolas, estações policiais, cassinos, “skating-rinks”, Prado de corrida, etc”.

Alguns de seus amigos quiseram associar-se ao ousado empreendimento. Por ser ele muito jovem, ponderaram que a concessão não devia ser feita em seu nome pessoal e sim no de um banco ou grande companhia; foi escolhido o Banco do Povo, do qual Antônio Azeredo era conselheiro, sendo diretores o Comendador Domingos Moitinho, João Clapp e o Sr. Seixas Magalhães, dono da Chácara do Céu.

No dia 22 de novembro de 1890 foi assinado o decreto n. 1058 dando a concessão ao Banco do Povo, tendo como associados Alberto Carneiro de Mendonça, Joaquim Carneiro de Mendonça, Domingos Torres Betzles e João Clapp.

O projeto era ambicioso, mas tinha tudo para dar certo: a beleza da praia, o clima apropriado e a nova moda dos banhos de mar que eram receitados pelos médicos como tratamento para diversas doenças.

Uma das vantagens apontadas na localização era que “por montanhas formam como que um cordão sanitário de modo que os ventos miasmáticos da capital em épocas epidêmicas esbarram nessas barreiras naturais.” Além disso “Não há quem não tenha guardado dela agradáveis reminiscências.”

Obtida a concessão Alberto Carneiro de Mendonça ao Tesouro a quantia referente ao selo e outras formalidades.

Os favores prometidos aos concessionários eram fabulosos: durante 50 anos eles ficariam isentos de impostos prediais, foro laudêmio e direitos de transmissão.

O primeiro decreto lavrado desapareceu misteriosamente, sendo lavrado o segundo, por intervenção do major Benévolo. As cláusulas foram discutidas com o Dr. Leandro Costa, representante do Tesouro Nacional. Ficou como o presidente da Companhia Cidade da Gávea, o visconde do Cruzeiro. Na opinião de meu avô, vendo ele “que a diretoria do banco era influenciada pelo, no dizer de meu avô, o “tratantíssimo Arnaldo Machado”, abandonou o cargo. Foi então eleito para presidi-la o visconde de Santa Marinha proprietário do parque onde está instalado atualmente o Museu da Cidade.

Inexplicavelmente o projeto não saiu do papel. A época não era das melhores; naqueles primeiros anos da República, o Brasil passava por uma séria crise. A libertação dos escravos e o novo regime trouxeram na sua esteira o encilhamento, nome dado à depressão que estrangulava quase todos os empreendimentos na ocasião.

Mas teria sido essa a razão do fracasso da iniciativa promissora?

Teria alguém se atravessado nas negociações? Esta me parece a hipótese mais provável.

O projeto da Cidade da Gávea caiu no esquecimento. Dele só resta o livreto de páginas amareladas que apresentava o memorial.

Pouco depois outras mãos transformaram em realidade sonho que meu avô sonhava: “o bocado não é de quem o faz, mas de quem o come”.

Fontes de informação:

Breve notícia sobre a Companhia Cidade da Gávea, 1892, Rio de Janeiro, Typ. De J.P. Hildebrandt, rua d’Ajuda, 31, 1891

Memória escrita por Alberto Carneiro de Mendonça para informação da família